

# Biblioteca Municipal João XXIII: uma história do espaço de cultura, memória e leitura em Patos de Minas

*Municipal Library João XXIII: a history of the space of culture, memory and reading in Patos de Minas*

*Rodrigo de Freitas Silva*

Graduado em História e pós-graduando em Filosofia pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Professor do Colégio Tiradentes de Patos de Minas.  
E-mail: rodrigorpfgreitas@hotmail.com

---

**Resumo:** Compreender a importância do papel do espaço público de leitura para a formação dos estudantes e sua contribuição na formação cultural da comunidade em geral é o objetivo central deste artigo. Para localizar a Biblioteca Municipal João XXIII na história de Patos de Minas e compreender sua importância para a comunidade, foram feitas análise de fotos, documentos oficiais, projetos de leis, atas de reunião da câmara de vereadores e pesquisas em acervos de jornais antigos. Portanto, pode-se concluir que, ao se estudar a história das bibliotecas, é possível estudar o próprio homem por outro viés. A biblioteca João XXIII, independente de sua função como centro de informação ou extensão da biblioteca escolar, desenvolve um papel importantíssimo, que é o de democratização do conhecimento.

**Palavras-chave:** Biblioteca. Cultura. Leitura. Patos de Minas.

**Abstract:** Understanding the importance of the role of public reading space in the training of students and their contribution to the cultural formation of the community at large is the central objective of this article. In order to locate the Municipal Library of João XXIII in the history of Patos de Minas and to understand its importance for the community, analysis of photos, official documents, draft laws, minutes of meeting of the city council and researches in archives of old newspapers were made. Therefore, it can be concluded that, when studying the history of libraries, it is possible to study the man himself by another bias. The João XXIII library, regardless of its function as an information center or extension of the school library, plays a very important role, which is the democratization of knowledge.

**Keywords:** Municipal Library. Culture. Reading. Patos de Minas.

---

## *1 As bibliotecas e suas mudanças*

Milanesi (1983) afirma que a biblioteca surgiu de uma necessidade de se arquivar e sistematizar toda a produção do conhecimento humano. A necessidade de um espaço onde o conhecimento ficasse concentrado existiu quase que simultaneamente com a escrita. Os antigos sumérios e babilônicos já possuíam seus métodos de armazenamento. O que ele deixa bem claro é que a produção humana sempre avançou de maneira mais rápida do que os métodos de armazenamento de tal conhecimento, ou seja, a maior parte do conhecimento humano antes da imprensa acabou por se perder. “Por exemplo: Ésquilo escreveu setenta tragédias e Sófocles, 123;

de cada um restaram sete obras. Não sobreviveram, também, 75 tragédias de Eurípedes e 29 comédias de Aristófanes, além de obras de Tácito e Tito Lívio” (MILANESI, 1983, p. 18-19).

Para Milanesi (1983), foram os cristãos que mais contribuíram para a preservação de grandes obras literárias. Os monges beneditinos ficaram bastante conhecidos pelas iluminuras que eram desenhadas com penas e tinta no *Scriptorium*. Os monges tinham a permissão de utilizar os livros da biblioteca e podiam ficar com eles desde o começo da quaresma até o fim do ano. Porém, a biblioteca monástica era apenas uma das modalidades disponíveis.

No mesmo sentido, Lopes (2008), ao citar Umberto Eco, defende a ideia de que as bibliotecas, na época medieval, eram basicamente de três tipos: as bibliotecas monásticas ou de ordens religiosas diversas, as bibliotecas das universidades e as bibliotecas particulares. Milanesi (1983) demonstra que, aos poucos, os mosteiros foram deixando de ser o repositório de conhecimento. Os grandes reis e os homens ricos começaram a adquirir livros progressivamente como símbolo de status e poder.

A chegada do papel ao Ocidente, no século XIV, barateou os manuscritos, mas foi a imprensa de Gutenberg, no século XV, que mudou toda a história da sociedade. Com o surgimento do livro impresso, produzindo em larga escala, as bibliotecas começaram a ganhar uma linguagem própria. Para Milanesi (1983, p. 21),

as bibliotecas deixaram de ser tesouros para se tornarem serviços e os livros perderam seu valor material para se tornarem material de consumo, tornando-se domésticos. Os cidadãos passaram a formar bibliotecas suas casas, como formavam os reis pré-Gutenberg.

As mudanças aconteceram de maneira significativa e vários estudiosos da época se referiam a essas mudanças como uma explosão de informação, algo bem semelhante com a maneira que vemos a tecnologia e a informação na era do Google. Burke (2002) faz uma estimativa que, por volta de 1500, já existiam cerca de 27 mil edições lançadas pelas 250 impressoras distribuídas nos centros europeus. Fazendo-se um cálculo com apenas 500 exemplares por edição, chega-se ao número de 13 milhões de livros em circulação na Europa de 100 milhões de habitantes. Entre os períodos de 1500 a 1750, Burke (2002) afirma que os estudiosos da história do livro não conseguem ou não querem calcular a quantidade de material produzido, porém, se a estimativa do ano de 1500 for mantida, tem-se o número exorbitante de 130 milhões de livros.

Segundo Sponholz (1972, *apud* LOPES, 2008), em 1817, no Reino Unido, as bibliotecas paroquiais foram precursoras do modelo público de acesso aos livros, porém somente nos meados do século XIX que o conceito moderno de biblioteca se iniciou. Nesse novo modelo, o empréstimo de livros era feito de maneira gratuita por um determinado espaço de tempo. A comunidade passou a ter livre acesso à informação, o que ajudou no desenvolvimento social e cultural da sociedade. Milanesi (1983) vai à mesma direção e assinala que, no século XIX, em plena revolução industrial, a biblioteca deixa seu caráter de biblioteca/museu e assume o novo papel de biblioteca/serviço. Para ele (1983, p. 22), “[...] a nova biblioteca tinha uma determinada

função educativa, caracterizando-se como um presente filantrópico que se dava aos segmentos populares, os mais necessitados de ilustração”.

No século XX, a biblioteca sofre novamente uma mudança em seus paradigmas. Uma nova visão se estabeleceu e a biblioteca começou a ser percebida como centro de organização de saber. A informação começou a ser percebida novamente como bem valorável. Do cidadão comum até o profissional mais especializado todos tinham a necessidade de se informar, e a biblioteca passou a ser território de transformações sociais (MILANESI, 1983). Segundo Sponholz (1972, *apud* LOPES, 2008), a biblioteca pública assume o importante papel de proporcionar livre acesso à informação e ao conhecimento registrados pelo homem. A biblioteca, então, é o espaço que promove a democratização cultural. A partir daí, a biblioteca passa a desenvolver um papel estratégico no desenvolvimento social.

Segundo Milanesi (1983), no Brasil, foram os jesuítas os responsáveis por trazer o livro para a recém descoberta Colônia. Os jesuítas já eram bastante restritivos quanto à aquisição dos livros. Ao chegar ao Brasil, algumas imposições alfandegárias ainda eram impostas. Desde 1536, os livros passavam por três censuras que eram independentes entre si, sendo elas: Santo ofício e ordinário (Igreja Católica) e o Desembargo do paço (poder civil). “Em 1768 o Marquês de Pombal unificou as três censuras com o nome de Mesa Censória que atuou no país até 1821 quando Portugal rompia com o Brasil” (MILANESI, 1983, p. 25).

Mesmo com todo esse aparelho de censura, muitas obras tidas como proibidas passaram pela alfândega brasileira. Milanesi (1983) cita o bibliotecário Rubens Borba de Moraes que afirma que as obras de Diderot e d’Alambert, apesar de proibidas, chegaram ao Brasil após passarem pela polícia da França, Portugal e Brasil. Os jesuítas não viam outra finalidade nos livros senão a de catequizar. A colônia contava também com rígidas leis. Nenhum tipo de impresso em terras brasileiras era permitido. Em fevereiro de 1747, uma tipografia foi inaugurada no Rio de Janeiro e seus serviços foram enterrados mando de Portugal no mês de julho.

Para que existisse a possibilidade de contestação do poder caso os impressos fossem permitidos, “a carta régia era taxativa: cadeia para quem ousasse imprimir papéis. Os livros deveriam vir de Portugal, através de importação regularizada”. (MILANESI, 1983, p. 27). A proibição de impressos servia também para evitar que particulares formassem grandes acervos, mesmo assim, alguns homens tinham um número considerável de livros sobre seus domínios. Milanesi (1983), ao citar os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, mostra que, apesar de não existir biblioteca pública e de toda a censura portuguesa, algumas coleções apreendidas se equiparam a coleções de destaque na Europa. Por exemplo, Cláudio Manuel da Costa possuía 388 livros em sua tutela e o Padre Luís Vieira possuía 800 volumes, o que fazia dele o proprietário de uma das mais amplas coleções do Brasil.

Milanesi (1983) aponta que, na Bahia, também existiam milhares de livros, muitos deles proibidos, e que o pensamento europeu da época e a valorização da leitura já eram difundidos pela Colônia. Lopes (2008) nos diz exatamente que a primeira biblioteca pública no Brasil foi fundada em 1811 pelo Conde de Arcos na Bahia.

A corte portuguesa chegou ao Brasil em 1808 e com ela trouxe a Biblioteca Real. Milanesi (1983) e Lopes (2008) divergem no que tange à data da inauguração da Biblioteca do Rio de Janeiro. O primeiro afirma que ela foi inaugurada em 1811 enquanto o segundo sustenta com mais exatidão a data de 29/10/1810. O que ambos concordam é que seu serviço era restrito apenas à família real e a poucos estudiosos, amigos da corte. Somente no ano de 1814 seu acesso foi permitido ao público e a biblioteca já contava com um acervo de 60 mil volumes. Logo após a independência, a biblioteca foi incorporada ao patrimônio público no ano de 1825 e serviu de base para a formação da Biblioteca Nacional.

As bibliotecas públicas brasileiras passaram por períodos de censura a partir da década de 1930. A ditadura buscava legitimar o governo em todos os setores da sociedade e fortalecer o controle sobre os cidadãos. Segundo Lopes (2008), no ano de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, foi fundado o INL – Instituto Nacional do Livro. O INL era vinculado ao ministério da educação e da saúde e era coordenado por Gustavo Capanema. A partir daí, era o governo quem decidia o que devia ser lido nas bibliotecas públicas.

As reformas escolares ocorridas em 1971, no Brasil, transformaram o panorama das bibliotecas públicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 incorporava a obrigatoriedade da pesquisa nos currículos escolares. As escolas públicas eram carentes de espaço físico para a manutenção de um bom acervo. Os alunos então migraram para as bibliotecas públicas. E as bibliotecas começaram a adquirir as famosas enciclopédias para atender a nova demanda.

Para Milanesi (1983), essa mudança foi drástica, pois as bibliotecas eram espaços que visavam o desenvolvimento cultural dos municípios e incentivavam a prática da boa leitura. Ele segue com a seguinte explicação a esse respeito: “como seria inviável, na ótica dos administradores, criar bibliotecas escolares e públicas em condições adequadas de funcionamento, pelas forças das contingências, escolarizou-se pública” (MILANESI, 1983, p. 54).

Para Lopes (2008), a biblioteca, durante esse período, se transformou em espaço para os alunos realizarem seus trabalhos e suas pesquisas, as quais eram feitas de maneira rude, sem o devido preparo, pois os alunos reproduziam o conhecimento por meio de cópia das enciclopédias. A biblioteca, então, perdia um pouco a sua função cultural e social junto à sociedade.

## ***2 A Biblioteca Municipal João XXIII***

Patos de Minas é uma cidade do Triângulo Mineiro atualmente com população estimada de 150.893. A cidade, segundo Mello (1971), começou a ser povoada no ano de 1737, com as picadas de Goiás e com a conseqüente concessão de sesmarias ao longo do trajeto. O povoado formado à beira da Lagoa dos Patos foi elevado a distrito em 1832, a Vila em 1866, com a lei provincial 1.291, de 30 de outubro do mesmo ano, e, finalmente, a cidade, por meio do projeto lei nº 23, de 24 de maio de 1892. Para Silva (2009), a elevação a município não trouxe grandes mudanças para Patos de Minas nos primeiros anos. Para ele, diante dos grandes centros urbanos, a cidade permanecia

alheia ao progresso, sofrendo com a precariedade de serviços básicos, entre eles a educação. Patos de Minas permanecia estagnada frente ao mundo moderno.

Silva (2009) mostra que foi nas décadas de 1950 e 1960, com um êxodo rural superior ao do Estado, que a cidade teve um aumento no seu processo de alfabetização da população, chegando a superar o índice de Minas Gerais e do Brasil.

O crescimento da cidade foi acompanhado de efervescência dos ideais de progresso e de modernidade e a educação era vista como meio de acesso a essa nova realidade. O êxodo rural, portanto, provocou uma mudança na sociedade patense (SILVA, 2009, p. 44).

Segundo Silva (2009), podia se perceber a mudança na realidade social. Havia escolas públicas e um crescente número de estudantes formando uma casta intelectual patense cada vez mais exigente. A todo o momento, durante as décadas de 1950 e 1960, percebe-se a valorização do progresso e a biblioteca pública passa a ser vista como algo indispensável para o município.

A lei nº 47 de 05 de novembro de 1956, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1957, assinada pelo então prefeito Genésio Garcia Rosa (1955-1959), tornando-se, posteriormente, a lei nº 329, já estipulava e organizava a criação e a manutenção de uma biblioteca pública no município. A iniciativa se dava por meio de convênio filiado com o Instituto Nacional do Livro. À prefeitura caberia montar o espaço físico da biblioteca bem como custear o funcionalismo público competente. O Instituto Nacional do Livro faria uma doação inicial de 800 volumes, após a instalação da biblioteca, manteria uma doação anual de 500 volumes, apoiaria todos os projetos de incentivo à leitura e cultura e forneceria até mesmo uma bolsa de estudos para a formação de profissional bibliotecário (PATOS DE MINAS, 1956, p. 1).

No projeto de lei nas exposições de motivos para criação da biblioteca, o prefeito Genésio Garcia Rosa deixa claro o desejo de se criar uma biblioteca, desejo esse que só poderia ser realizado com a parceira do Ministério da Educação e da Cultura, por meio do Instituto Nacional do Livro. Para o prefeito, a biblioteca era uma vitória e prestaria inestimáveis serviços ao povo. Nas palavras do prefeito,

Patos de Minas torna-se, da cidade acanhada do sertão, em cidade evoluída, progressista, para onde convergem as atenções e os interesses de outras zonas. E se vamos desenvolvendo em todos os setores da economia e das finanças, principalmente, não podemos deixar de cuidar das coisas do espírito, da instrução, da educação e do povo (PATOS DE MINAS, 1956, p. 3).

No ano de 1958 da criação do estatuto da UEP (União dos Estudantes Secundaristas de Patos de Minas), previa-se a construção de uma biblioteca interna. A preocupação era suprir a necessidade dos estudantes e da população com um ambiente de pesquisa e leitura, uma vez que a biblioteca pública ainda não havia saído do papel. Segundo Silva (2009), a biblioteca da UEP foi fundada com o apoio da prefeitura, da secretaria estadual de educação, do Pe. Almir Neves de Medeiros, Waldemar Antônio Mendes e do professor Altamir Pereira da Fonseca.

Os jornais da época a todo o momento noticiavam a ausência de uma biblioteca e de sua grande importância para a sociedade patense. O progresso era algo que ainda não havia chegado a Patos de Minas em sua totalidade, se uma biblioteca pública não fosse erigida. Em sua coluna, no ano de 1956, Oswaldo Amorim descreve a necessidade da biblioteca para a população.

Bem, mas se muitos foram os que escreveram, batendo-se pela criação de uma Biblioteca pública em Patos de Minas, imagina-se, agora, quantos foram os que falaram e falam pela cidade afora, nas ruas, nos clubes, nos lares, nas escolas, em toda parte em fim, sobre a imensa falta que essa biblioteca nos faz! (JORNAL DOS MUNICÍPIOS, Patos de Minas, setembro de 1959).

Mello (1971) relata que a biblioteca pública foi inaugurada em 26 de outubro de 1963, no mandato do prefeito Pedro Pereira dos Santos (1963-1967), isto é, somente sete anos após a lei nº 329 de 1956, no salão nobre da prefeitura. Sem sombra de dúvida, a inauguração foi celebrada, principalmente, pela gestão atual que conseguia entregar algo há tanto prometido, “já disseram alhures que se mede a cultura, o desenvolvimento, a grandeza e a educação de um povo, pelos livros que possui e que lê” (PREFEITURA DE PATOS DE MINAS, 1963, p. 22).

A biblioteca, porém, foi inaugurada, segundo o prefeito, às mínguas de recursos, com estantes inapropriadas com escassez de volumes e sem um local amplo. A biblioteca, então, recebeu o nome de Biblioteca Municipal João XXIII, uma vez que seu patrono [...] “também foi pobre e modesto, foi pequeno e humilde, porém, sábio e pacífico, e entre os grandes foi o maior refiro-me [...] ao grande Papa João XXIII, o príncipe da paz, da concórdia” (PREFEITURA DE PATOS DE MINAS, 1963, p. 22). Os jornais noticiavam, também, ainda em 1961, o engajamento do Padre Almir Neves de Medeiros, que trabalhou para a fundação da biblioteca da UEP, junto com o atual prefeito, para a construção da biblioteca municipal, parceria essa que contribuiu para escolha do nome.

A Biblioteca Municipal João XXIII, segundo Melo (1971), permaneceu praticamente parada desde a sua inauguração em 1963. Os problemas já haviam sido apontados na data de inauguração pelo prefeito Pedro Pereira dos Santos, e a biblioteca pouco se desenvolveu. No ano de 1969, com a nova sede da prefeitura municipal, a biblioteca ganharia um salão só para si.

O então prefeito Ataídes de Deus Vieira (1967-1971) encarregou o vereador e o professor Altamir Pereira da Fonseca para fazer a aquisição de volumes para a biblioteca. O professor Altamir adquiriu centenas de livros e instigou outros professores e pessoas de cultura da cidade a doar livros para compor uma bibliografia básica (BIBLIOTECA PÚBLICA, 1969, p. 1).

O jornal A folha Diocesana convocou a população a também participar com a doação de livros para formar os mais variados tipos de leitura e descreveu como dever moral e cívico do cidadão patense participar dessa empreitada. O Jornal também já discutira a importância de um profissional bibliotecário para auxiliar com conhecimentos e técnica específica (BIBLIOTECA PÚBLICA, 1969, p. 1).

Na gestão do prefeito Dácio Pereira da Fonseca (1977-1983), a biblioteca é transferida para o Edifício 11 de agosto, na Rua Major Gote, nº920. O Jornal Mutirão, em maio de 1977, noticiou a mudança de prédio devido à ordem burocrática, alegando que a biblioteca agora parecia estar muito mais fuçada. Segundo estudante ao jornal, “a biblioteca está funcionando numa área menor, muito abafada e escura, dificultando um melhor desempenho nos estudos, por parte daqueles que a procuram” (MUTIRÃO, Patos de Minas, maio de 1977). Posteriormente, na gestão seguinte, com o prefeito Arlindo Porto Neto (1983-1989), a biblioteca foi transferida para salas alugadas no Edifício Impasa, na Rua Olegário Maciel, nº 115, 3º andar.

Somente no ano de 1997 a Biblioteca teve sua sede própria. A obra foi realizada com convênio firmado entre o Município de Patos de Minas e o Ministério da Cultura – Fundo Nacional da Cultura pelo Deputado Antônio do Valle Ramos. A obra teve início em 24/10/1996, no mandato do prefeito Jarbas Cambraia (1993-1996), e foi finalizada em 13/08/1997, com inauguração em 29/10/1997, no mandato do prefeito Elmiro Alves do Nascimento (1997-2000). A sede possui área construída de, aproximadamente, 816 m<sup>2</sup> com dois pavimentos de 408 m<sup>2</sup> cada (SILVA, 2017).

### *2.1 Políticas públicas de incentivo à leitura em Patos de Minas*

Em Patos de Minas, a preocupação com a construção de uma biblioteca pública se mostrou presente muitos anos antes de seu efetivo funcionamento em 1969. A lei 329 de 1956, que organizava a criação da biblioteca pública, já demonstrava em seu texto o zelo que o poder público deveria ter com a biblioteca. Como já foi dito anteriormente, de acordo com a lei, a biblioteca se inauguraria com a parceria com o Instituto Nacional do Livro, cabendo a cada um uma parte da gestão e da organização.

O convênio com o INL possuía 13 parágrafos com descrição detalhada das responsabilidades de ambos os lados assinantes. Segundo o texto do convênio, a prefeitura municipal deveria atribuir verba mínima anual de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para a aquisição de livros destinados à biblioteca. Segundo o artigo 3º da lei: “a fim de atender as despesas com aquisição de livros, será incluída, anualmente, no Orçamento Municipal, a dotação de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00)” (PATOS DE MINAS, 1956). Outra iniciativa interessante de se observar é a criação da “Sociedade Amigos da Biblioteca”, formada por representantes alheios ao serviço público que seriam responsáveis por zelar da biblioteca.

No convênio assinado pelo prefeito Genésio Garcia Rosa e José Renato Santos Pereira – Diretor do INL – figurava o parágrafo 9º transcrito para o texto da lei como parágrafo V, artigo 2º, como responsabilidade da biblioteca: “realizar exposições de livros, permitindo, na sede da biblioteca, atividades culturais diversas, tais como conferências, palestras, debates de assuntos de interesse para a comunidade, sob a orientação da Sociedade Amigos da Biblioteca” (PATOS DE MINAS, 1956). A preocupação em se manter a biblioteca atualizada, como espaço para a cultura, se fazia presente antes de sua criação.

Uma iniciativa pública de incentivo à leitura foi a do então prefeito Dácio Pereira da Fonseca (1977-1983), com a biblioteca volante. A biblioteca volante, projeto

anexado ao Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura, levava a oportunidade de leitura para crianças da zona rural de Patos de Minas.

Segundo o Jornal dos Municípios (1978), a biblioteca, que foi batizada de Biblioteca volante por Dácio Pereira da Fonseca, atendia a 3500 crianças matriculadas e frequentes nas escolas do município e levava a oportunidade de leitura para fins de estudo e pesquisa aos alunos que moravam a grande distância da sede do município. O Jornal dos municípios retrata, ainda, a constante atuação do prefeito Dácio Pereira da Fonseca, na área da educação, e segue sobre a biblioteca volante: “a biblioteca começou a circular com apenas 700 (setecentos) livros; em agosto, porém, já terá esse número triplicado e proporcionará as escolas um atendimento maior, constante e planejado, como já o vem fazendo” (JORNAL DOS MUNICÍPIOS, Patos de Minas, junho de 1978).

A Câmara Municipal de Patos de Minas possui, em seu acervo digital, as indicações dos vereadores para intervenções a serem realizadas na biblioteca municipal. As propostas são bem divergentes e vão de pedidos de limpeza das dependências a pedidos de promoção de campanhas para arrecadar livros. Algumas dessas propostas são bem interessantes, como a do então Vereador Pedro Lucas Rodrigues, com a indicação Nº 0887/97 para retomada do projeto Cinema na Biblioteca, em que alguns filmes tidos como clássicos seriam apresentados gratuitamente.

As indicações nº0300/98, do vereador Altamir Fernandes de Sousa, e nº 028/2007, do vereador João Bosco de Castro Borges, feitas em épocas diferentes, porém, pediam intervenções da prefeitura para funcionamento noturno da biblioteca, visando atender todas as classes de servidores públicos, trabalhadores e estudantes da sociedade patense. Mais recentemente, as indicações nº0797/2014, dos vereadores Braz Paulo de Oliveira Júnior e Lindomar Francisco Tavares, e nº0599/2014, do vereador José Lucilo da Silva Júlio, visavam melhorias e ampliação do espaço da biblioteca. Essas são algumas das indicações propostas pelos vereadores de Patos de Minas que não entraram em vigor.

No ano de 2015, a lei nº 7.615 de setembro de 2015, na gestão do prefeito Pedro Lucas Rodrigues (2013-2016), instituiu o projeto Biblioteca Viva, de estímulo à leitura e à utilização da biblioteca. Tal projeto, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, elaborava escalas de visitação à biblioteca de modo que o ensino fundamental tivesse contato com a biblioteca municipal ao menos uma vez por semestre.

A Biblioteca Municipal João XXIII, desde a sua instalação na nova sede, contando com uma infraestrutura mais adequada, promoveu diversos projetos para incentivo à leitura. Esses projetos não figuraram em decretos ou leis e dependiam dos funcionários e interessados que ofertavam os mais variados tipos de promoção à leitura e à cultura. Como exemplo, tem-se o ano de 2001, em que foram realizadas 24 sessões do projeto Cinema na Biblioteca com público de 1.047 alunos; o projeto a Hora do Conto, com 31 sessões e público de 2.485 alunos; oito sessões de teatro com público de 680 alunos. Nesse mesmo ano, também foram realizadas uma sessão de leitura orientada, uma oficina de artes, duas sessões com dicas de leitura, uma exposição alusiva ao carnaval e três sessões de palestra com o tema “Afetividade e Sexualidade”, proferida voluntariamente pela educadora Eleusa Lima, com público de 102 jovens.

### *3 Sociedade, formação do leitor e papel do bibliotecário*

Para Lopes (2008), a educação é uma das instituições mais importantes para se medir o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade. A educação como medidor do desenvolvimento coloca em evidência a importância do ato de ler em todos os ambientes da sociedade, em especial no espaço da biblioteca.

De acordo com Mello (1971), Patos de Minas possuía quatro escolas no início do século XX e funcionava sem professores com capacidade técnica. Segundo Fonseca (1974, *apud* SILVA, 2009, p. 36), esse número dobrou até o ano de 1912, fato que demonstra a preocupação das lideranças locais em garantir um ensino que atendesse a população de maneira satisfatória, o que chamou a atenção do poder público para as demandas educacionais.

Sendo assim, pode-se compreender que a leitura e a educação exercem grande influência na realidade social. Logo, o ato de ler pode ser visto como um produto social e a leitura como tal pode tanto impor à sociedade as estruturas vigentes quanto fazer com que a sociedade se rebele.

Para o educador e escritor Paulo Freire, a informação sempre esteve a serviço da classe dominante, e acreditar em uma neutralidade no processo educativo seria quase uma ingenuidade. Nas palavras de Freire (2011, p. 16) sobre o processo educativo,

se, do ponto de vista crítico, não é possível pensar sequer a educação sem que se pense a questão do poder; se não é possível compreender a educação como uma prática autônoma ou neutra, isto não significa, de modo algum, que a educação sistemática seja uma pura reprodutora da ideologia dominante.

O posicionamento de Freire, apesar de estar mais voltado à educação, está em consonância com o do historiador Roger Chartier. Para Chartier (1990), existem as representações que são os mecanismos que captam a apreensão do mundo social e as apropriações que são os diferentes processos de como esses mecanismos são usados, produzindo sentido e diferentes significações.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Freire também explica que a classe tida como dominada não apenas reproduz o que lhe é repassado, mas sim gera novas significações de acordo com suas vivências. É o que Chartier discute ao tratar da história da literatura. Para ele, são insatisfatórias as teorias que abordam o leitor como receptáculo sem levar em consideração as variáveis históricas e sociais. Para Chartier (1990, p. 25), “os textos não são depositados nos objetos, manuscritos ou impressos, que o suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole”.

Segundo Silva (2009), entre os anos de 1958 e 1971, as escolas públicas em Patos de Minas eram apenas quatro contra seis particulares. Esses números demonstram a realidade socioeconômica dos estudantes patenses que, em sua maioria, eram filhos das classes mais favorecidas da cidade. Mesmo com o predomínio da classe mais alta no meio educacional, os esforços políticos dos estudantes secundaristas da UEP convergiram na criação da Biblioteca Municipal que, para eles, atenderia aos estudantes das escolas públicas e às classes sociais mais baixas. É possível perceber os sentidos de apropriação no engajamento político da UEP, em que a classe estudantil se esforçou para melhorar e democratizar a educação.

No Brasil, na década de 1980, o conceito de letramento estava em voga. O conceito foi difundido e trabalhado por Paulo Freire e, para ele, vai muito além do simples ato de aprender a ler e escrever de forma mecânica. O letramento assume que o leitor seja capaz de compreender que o ato de ler traz consequências sociais, econômicas, culturais e também políticas. O letrado é aquele capaz de ler e relacionar-se com suas leituras anteriores e de agir de maneira crítica frente a uma nova informação. Segundo Aguiar (1996, *apud* BECKER; GROSCH, 2008, p. 38), classifica-se como leitor aquele que demonstra os seguintes comportamentos:

- Sabe buscar textos de acordo com o seu horizonte de expectativas, segundo seus interesses e necessidades;
- Adquire livros;
- Conhece os locais onde os livros e materiais de leitura se encontram, sejam em bibliotecas, livrarias, entre outros;
- Frequenta espaços mediadores de leitura;
- Orienta-se fácil nas estantes, sendo independente na busca daquilo que lhe interessa;
- Segue as orientações de leitura oferecidas pelo autor;
- É capaz de dialogar com novos textos, posicionando-se crítica e criativamente diante deles;
- Troca impressões e informações com outros leitores;
- É receptivo a novos textos que não confirmem seu horizonte de expectativas;
- Amplia seu horizonte de expectativas e sua visão de mundo a cada leitura.

Entendendo o ato de ler como um produto social, é importante compreender que “as práticas de leituras de uma biblioteca dependem da competência e do nível de interesses das pessoas envolvidas nesse processo” (LOPES, 2008, p. 36). A descrição das características do leitor, segundo Aguiar, é pontual e assertiva, apesar do hábito de adquirir livros não necessariamente deveria estar ligado com a ideia de leitura. Os comportamentos do leitor esperados por Aguiar parecem delegar ao leitor toda a responsabilidade pelo seu desenvolvimento, porém o processo de leitura não se desenvolve por si só e tão pouco vem com a maturidade. A importância do comprometimento pessoal com a leitura é, sem sombra de dúvidas, indispensável, mas o que deve ser lido? Como promover a leitura? Qual o guia necessário?

Não se pode, então, pensar o desenvolvimento do leitor sem a figura do bibliotecário. Esse profissional se tornou indispensável ao funcionamento das bibliotecas, principalmente a partir do *boom* de produção literária com a imprensa de

Gutenberg. A primeira biblioteca no Brasil, fundada na Bahia em 1811, assim descrevia as qualidades de um bibliotecário: “deverá ser um sujeito de muito boa conduta que saiba bem ler, escrever e contar” (MILANESI, 1983, p. 25).

Obviamente, diversas mudanças se seguiram em relação à biblioteca ao longo da história e fizeram com que esse profissional passasse por várias ressignificações e se tornasse, além de um organizador, um leitor compulsivo capaz de guiar o leitor de maneira que esse não se sinta aturdido ou intimidado no ambiente da biblioteca. Para Milanesi (1983), esse profissional não necessariamente deveria ser um especialista, mas deveria conhecer a comunidade a que serve e os movimentos que nela acontecem, adaptando a biblioteca e suas atividades ao contexto social.

No início de seu funcionamento, a biblioteca Municipal João XXIII não contava com bibliotecário especializado, mas sim com uma pessoa responsável por organizar e cuidar dos livros. A lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, isenta as cidades com até 10.000 habitantes e acervos de até 200 volumes de possuírem bibliotecário por formação, permitindo que o técnico atue na área. A Biblioteca Municipal João XXIII, de sua instalação em sede própria em 1997 até os dias atuais, possui uma bibliotecária responsável. Dos oito funcionários que trabalham na biblioteca, apenas um é bibliotecário por formação e desenvolve, além da catalogação e do controle do acervo, trabalhos administrativos. A parte mais importante que é voltada para auxílio de leitores no acervo e apoio à educação fica a cargo de funcionários de diferentes áreas que estão em desvio de função e que não têm o perfil necessário para guiar e formar novos leitores.

O manifesto da UNESCO, sobre as bibliotecas públicas de 1994, descreve o que seriam as missões-chave de uma biblioteca pública e seu importante papel para a educação e para a sociedade no geral. São elas:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários. (UNESCO, 1994, s.p.)

Ainda para a UNESCO, sobre bibliotecas públicas, o bibliotecário é um intermediário ativo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. O aspecto mais importante para tal profissão é a formação contínua que é tratada como algo indispensável para o bom atendimento ao leitor, uma vez que o ambiente da biblioteca deve promover múltiplos sentidos de informação e leitura. Mais uma vez, a João XXIII deixa a desejar no desenvolvimento do seu papel social com o leitor. A formação continuada, que é tão discutida também na educação, é algo que não sai do campo teórico.

Lopes (2008) demonstra que alguns determinados tipos de leitura no Brasil não são levados em consideração ao se referir ao leitor, só se é considerado leitor quem lê bons livros, artigos científicos ou tradições literárias e, para que o leitor tenha contato com variados tipos de ideologia, inclusive com leituras que foram silenciadas pela sociedade, cabe ao bibliotecário apontar as diversas direções. É importante salientar que o ato de ler em si é uma prática que, aos poucos, conduz ao senso crítico da informação e que o hábito de múltiplas leituras conduz à melhoria da sociedade, e é no espaço da biblioteca que o leitor se apropria dos mais variados discursos.

Esses mais variados discursos são adquiridos com as mais diversas formas de apropriação do espaço da biblioteca. A Biblioteca Municipal João XXIII caminhou por anos junto às resoluções da UNESCO, promovendo as mais diversificadas maneiras de levar cultura e de promover a leitura. Os diferentes mecanismos utilizados pela biblioteca em sua história permitiam que as mais variadas formas de apropriação do espaço fossem executadas. Os frequentadores consumiam leitura, peças de teatro, filmes e debates. Um dos exemplos de divulgação é o seguinte: “a SEMEC através da Divisão de cultura e em parceria com a Biblioteca Municipal João XXIII promove toda quarta feira as 9 e 14 horas o Projeto Cinema na Biblioteca” (BIP BOLETIM INTERNO DA PREFEITURA, Patos de Minas, agosto de 2000).

O BIP (Boletim Interno da Prefeitura) promovia, em suas páginas, todas as atividades realizadas na Biblioteca Municipal João XXIII. Com base nessas divulgações, pode-se evidenciar o esforço que existia para a utilização do espaço em todas as suas possibilidades, levando atividades diversas à comunidade.

### *3.1 A (in) atualidade perante a tecnologia e os novos caminhos*

Segundo as estatísticas internas, a Biblioteca Municipal João XIII vem diminuindo gradativamente o número de usuários atendidos e o número de empréstimos de livros. A principal razão atribuída é o avanço da tecnologia e a facilidade em se conseguir informação.

A rápida maneira como as tecnologias da informação evoluem realmente nos leva a pensar a maneira com que o leitor se relaciona com a leitura e com a biblioteca. Ouvimos diariamente que estamos em uma nova era, a “Era da informação”. Porém, Darton (2011) nos diz que a maneira como nos referimos a essa era da informação acaba por cair em senso comum, que ele chama de “falsa consciência coletiva”.

Para Darton (2011), o discurso da Era da informação é entoado de maneira solene como se nunca tivesse existido informação em outras eras. Cada época se relacionava com a informação a sua maneira, respeitando as mídias disponíveis no

momento. O historiador estadunidense, que também é bibliotecário, segue, ainda, dizendo que alegar que essas mudanças não têm precedentes é um erro e que talvez a imprensa de Gutenberg tenha causado mudanças tão rapidamente quanto as de agora com a internet.

Briggs e Burke (2006, p. 27) fazem uma interessante analogia a respeito da imprensa de Gutenberg, comparando-a com a internet, indo ao encontro das ideias de Darton:

olhemos desse ponto de vista a tão propalada "explosão" de informação — metáfora imprópria reminescente da pólvora — que se seguiu à invenção dos impressos. As questões mais graves eram as de recuperação de informação e, ligada a isso, a seleção e crítica de livros e autores. Havia necessidade de novos métodos de administração de informação, assim como hoje em dia, nos primeiros tempos da Internet.

Como podemos evidenciar nessa analogia, um dos maiores problemas causados pela internet é o do processamento de informação. Tal problema também ocorreu com as altas tiragens que usavam do novo aparelho de Gutenberg.

Segundo Costin (2004, *apud* LOPES, 2008), a leitura, mesmo em meio virtual, é o principal modo de comunicação na atualidade, apesar de a materialidade textual estar se modificando, a leitura ainda é imprescindível. O jovem que está à margem do processo de leitura está também à margem da sociedade, pois está à mercê de outros que leem e interpretam os textos para ele, desse modo, a autonomia do indivíduo não pode ser alcançada. O indivíduo que lê e produz suas próprias interpretações se torna um sujeito mais crítico e ativo para a sociedade. Em todos os contextos de mudança no processo de informação e leitura, é preciso que as pessoas saibam como obter, entender e utilizar a informação.

Nesse período de mudanças, é importante entender como estas se deram na biblioteca João XXIII. A tecnologia chegou à biblioteca Municipal João XXIII?

A biblioteca possui, atualmente, cerca de 40.000 volumes e conta com 9.762 leitores inscritos e uma média diária de atendimento de apenas 60 usuários. A biblioteca, atualmente, funciona de 7h às 18h, de segunda a sexta. Da sua instalação em nova sede até os dias atuais, a biblioteca passou por mudanças na maneira como lida com seus usuários. Os projetos de incentivo à leitura vieram por terminar e alguns dados mostram que a biblioteca vem, há muito, perdendo seus frequentadores.

A Biblioteca Municipal já foi sede do telecentro em Patos de Minas. O telecentro contava com computadores e cursos de informática básica, porém nunca foi uma iniciativa que visa modernizar a biblioteca. O telecentro foi algo à parte que utilizava do espaço que a biblioteca tinha disponível e, definitivamente, não contribuiu para a modernização da biblioteca. Com o tempo, esses computadores ficaram desatualizados até que o telecentro parou de funcionar.

A modernização, no ano de 2017, ainda não chegou à biblioteca João XXIII. As fichas de cadastro dos leitores são feitas em papel e guardadas em pequenos gaveteiros. As fichas catalográficas dos quase 40.000 volumes também são em papel e

ficam guardadas em arquivos com gavetas, o que dificulta para que o leitor possa procurar o que necessita sem ajuda.

Para Darton (2011), a biblioteca nunca foi um depósito de livros. Ele afirma que as bibliotecas, além de prestar seus serviços habituais com empréstimos de livros e outros materiais, estão preenchendo novos espaços de atuação, como

[...] acesso à informação para pequenos negócios, ajuda com as tarefas de casa e atividades escolares para crianças e informações de trabalho para quem está à procura de emprego (o fim dos anúncios de admissão nos jornais impressos torna os serviços online das bibliotecas cruciais para os desempregados). Bibliotecários têm atendido às necessidades de sua freguesia de formas diversas, especialmente guiando-a através da selva do ciberespaço em direção a material digital confiável e de relevância (DARTON, 2011, p. 2).

O novo modelo de biblioteca visado por Darton nos mostra como é importante que as bibliotecas se atualizem e passem a fazer parte do novo contexto social. Nesse aspecto, a biblioteca Municipal João XXIII deixa muito a desejar, pois não existem projetos efetivos para a atualização de acervos, a modernização das buscas ou o uso da tecnologia para incentivar os leitores. A nova maneira das bibliotecas atuarem, segundo Darton (2011), ainda não alcançou esse importante espaço de socialização e de leitura de Patos de Minas.

#### *4 Considerações finais*

A Biblioteca Municipal João XXIII é um importante espaço na cidade de Patos de Minas, porém sua história ainda é pouco retratada na historiografia regional ou em livros didáticos. No referido trabalho, foi possível evidenciar, principalmente com o auxílio dos jornais, a importância do espaço público de leitura que é a Biblioteca Municipal João XXIII.

A história da biblioteca João XXIII está intimamente ligada à educação em Patos de Minas. Como já demonstrado antes, as reformas escolares ocorridas em 1971 no Brasil transformaram o panorama das bibliotecas públicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 incorporava a obrigatoriedade da pesquisa nos currículos escolares. A biblioteca pública, então, passou a ser tratada por alguns como uma extensão do ambiente escolar onde o aluno passa a adquirir o gosto pela leitura e adquire a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos. “Como seria inviável, na ótica dos administradores, criar bibliotecas escolares e públicas em condições adequadas de funcionamento, pelas forças das contingências, escolarizou-se pública” (MILANESI, 1983, p. 54).

Essa maneira de se pensar foi demonstrada no referido trabalho ao se perceber que a maioria dos frequentadores da biblioteca Municipal João XXIII são alunos do ensino fundamental e médio, principalmente de escolas públicas. Sendo assim, a transformação que se deu nas bibliotecas a partir de 1971 não afetou a João XXIII, uma vez que sua gênese estava voltada a atender a classe estudantil de Patos de Minas. Pode-se entender que a biblioteca pública é, sim, a oportunidade para obtenção de

conhecimento para os alunos, principalmente de escolas públicas, mas é também um ambiente de difusão de cultura, informação e formação de pensamentos críticos. Antes de tudo, é um espaço de democratização do conhecimento.

A Biblioteca Municipal João XXIII foi responsável por desenvolver e buscar práticas culturais e pedagógicas para atender a demanda dos estudantes bem como levar a cultura e incentivar a prática de leitura a todos os cidadãos. A biblioteca Municipal de Patos de Minas, em vários períodos de sua história, foi além de seus muros com seus projetos culturais e pedagógicos para levar as práticas de leitura àqueles que não podiam ir até sua sede.

Mesmo com toda a importância da biblioteca para a cidade de Patos de Minas, ao decorrer do trabalho, foi possível perceber a falta de investimentos do poder público. Não existe nenhuma política pública que auxilie a biblioteca há anos.

A aquisição de livros carece de investimentos nos últimos 12 anos e não existe, ainda, nenhuma projeção para renovação do acervo ou modernização da biblioteca. Os projetos culturais desenvolvidos na João XXIII foram idealizados e realizados por iniciativa dos funcionários presentes e comprometidos com o desenvolvimento do espaço. Os poucos projetos que eram realizados foram aos poucos desaparecendo, deixando a biblioteca em uma opacidade perante a comunidade. As políticas representadas nas indicações de vereadores a respeito da biblioteca municipal se mostraram irrelevantes ou, em alguns casos, até oportunistas. Timidamente, alguns projetos vão se desenrolando atualmente, porém com o mesmo esforço individual dos envolvidos em atuar sem nenhum tipo de verba disponível.

A Biblioteca Municipal João XXIII, que nasceu em precariedade de recursos para atender uma classe estudantil exigente, ainda hoje se mantém com o mínimo. A ligação da biblioteca com a área da educação é indissolúvel e é preciso compreender que esse espaço público carece da atenção do poder público para se aperfeiçoar na formação de leitores e de cidadãos críticos.

Por fim, compreende-se este trabalho não como uma solução para os problemas da Biblioteca João XXIII, mas como uma reconstrução de suas várias histórias e um encaminhamento para a tomada de decisão em favor de seus serviços, tão importantes para a cidade.

### *Referências*

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; GROSCHE, Maria Selma. A formação do leitor através das bibliotecas: o letramento e a ciência da informação como pressupostos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 35-45, jan./jun. 2008.

BIBLIOTECA pública. *Folha Diocesana*, Patos de Minas, 31 jul. 1969. p. 1.

BIBLIOTECA pública. *Mutirão*, Patos de Minas, maio. 1977. p. 7.

BIBLIOTECA pública. Volante para as Escolas Municipais de 1ª a 4ª série de Patos. *Jornal dos Municípios*, Patos de Minas, 6 de jun. 1978. p. 1.

BIP, Boletim interno da prefeitura, Prefeitura Patos de Minas, Ano II, N°269, 02 de agosto de 2000. p.3.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BURKE, Peter. *Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna*. Trad. Almiro Piseta, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000100010)>. Acesso em: 23 fev. 2017.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro; Lisboa [Portugal]: Bertrand Brasil: Difel, 1990. 239p.

DARTON, Robert. *Cinco mitos sobre a "Era da Informação"*. Tradução de Marcela Franco, Unicamp, 2011. Disponível em: <[http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao19/artigos/artigo\\_005b.pdf](http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao19/artigos/artigo_005b.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102p

IFLA - Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017

LOPES, Leonardo M. *Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos: memória, história e leitura*. 2008. Goiânia, Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UFG, Goiânia, 2008.

MELLO, Antonio Oliveira. *Patos de Minas: Capital do Milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971.

MILANESI, Luís. *O que é biblioteca*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros passos, 94).

PATOS DE MINAS, Lei ordinária n. 329, de 16 de novembro de 1956. Dispõe sobre a criação da Biblioteca Municipal. Patos de Minas. Disponível em: <[http://sapl.patosdeminas.mg.leg.br/generico/norma\\_juridica\\_pesquisar\\_proc?incluir=0&lst\\_tip\\_norma=&txt\\_numero=&txt\\_ano=&lst\\_assunto\\_norma=&dt\\_norma=&dt\\_norma2=&dt\\_public=&dt\\_public2=&txt\\_assunto=biblioteca&em\\_vigencia=&rd\\_ordenação=2&btn\\_norma\\_pesquisar=Pesquisar](http://sapl.patosdeminas.mg.leg.br/generico/norma_juridica_pesquisar_proc?incluir=0&lst_tip_norma=&txt_numero=&txt_ano=&lst_assunto_norma=&dt_norma=&dt_norma2=&dt_public=&dt_public2=&txt_assunto=biblioteca&em_vigencia=&rd_ordenação=2&btn_norma_pesquisar=Pesquisar)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PATOS DE MINAS, Projeto de lei n.º. 47, de 05 de novembro de 1956. Cria e organiza a Biblioteca Municipal. Patos de Minas.

PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Ata de transcrição dos discursos da solenidade de inauguração da Biblioteca Municipal, realizada no dia 05 de novembro. 1963. Patos de Minas, 1963.p.21 - 24.

SILVA, B.F.A. A Biblioteca João XXIII. Entrevista concedida a Rodrigo de Freitas Silva. Patos de Minas, 20 out. 2017. Gravação digital em áudio formato em MP4 (1h 15 min). Entrevista concedida para fins acadêmicos.

SILVA, Geenes Alves da. *A união dos estudantes secundarista de Patos de Minas (UEP/MG): militância e formação cidadã e político-partidária (1958 – 1971)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2009.